



III SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS - URBFAVELAS
Salvador - BA - Brasil

“QUANDO A RUA VIRA CASA” E QUANDO A CASA VIRA FORTE: NOTAS REFLEXIVAS SOBRE
VIOLÊNCIA E REPRESENTAÇÕES DOS ESPAÇOS

Mariana Rodrigues da Silva (Universidade Federal Fluminense) - mariana.seseg@gmail.com
Antropóloga, mestranda (PPGA/UFF), bacharel em Segurança Pública e gestora na Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro.

Júlia Santiago da Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro) - juliasantiago400@gmail.com
Mestranda em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ), Historiadora (UFF) e especialista em Engenharia, Operação e Gestão de Trânsito (CEAT/SP)



“QUANDO A RUA VIRA CASA¹” E QUANDO A CASA VIRA FORTE: Notas reflexivas sobre violência e representações dos espaços

Júlia Santiago da Silva

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ
juliasantiago400@gmail.com

Mariana Rodrigues da Silva

Programa de Pós-Graduação em Antropologia – PPGA/UFF
mariana.seseg@gmail.com

RESUMO:

O presente artigo busca verificar a ingerência da violência nas relações evidenciadas entre a produção social e simbólica dos espaços na favela do Vidigal. Desta forma, buscar-se-á neste trabalho demonstrar que um mesmo lugar pode caracterizar distintas representações por parte de quem dele faz uso. Buscamos, assim, analisar os dispositivos externos que os definem e os transformam. E, para isso, pretendemos separar as observações em perspectivas distintas, a partir de percepções e práticas derivadas da “intra-regionalização” no Vidigal – concebida pela alteridade dos lugares de bairro e favela – condicionadas à dicotomia entre as noções de “casa” e “forte”.

Palavras-chave: Favela. Violência. Produção Social do Espaço

ST-5: Outras Práticas Sociais em Favelas, Bairros e Assentamentos

¹ Este trecho do título faz uma alusão à obra de Antônio Mello e Arno Vogel “Quando a rua vira casa” de 1980, na análise das formas de sociabilidade no bairro do Catumbi na cidade do Rio de Janeiro.



1 INTRODUÇÃO

‘Um tiro em Copacabana é uma coisa. Na Favela da Coreia é outra’

(José Mariano Beltrame, 2007)

A frase do preâmbulo intitulava uma série de reportagens em outubro de 2007. Sua maioria tratava de críticas ao posicionamento do, até então, Secretário Estadual de Segurança do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame. A fala referia-se à migração de armamento das favelas da zona oeste e norte para a zona sul da cidade o que, em suas palavras, dificultaria a ação das forças policiais em razão do nível diferenciado de repercussão das operações em ambos os locais.

Notavelmente, para a administração pública tal diferenciação entre as regiões da urbe e, conseqüentemente, entre as pessoas que nelas habitam pode contribuir negativamente no que se refere às distinções no tratamento legal aos cidadãos. Entretanto, ao mesmo passo em que a cessão do direito a uma atuação diferenciada nas localidades citadas, de acordo com a vasta literatura sobre Urbanismo, Segurança Pública e Estado Democrático de Direito, bem como as incontáveis reflexões sobre segregação espacial, uso da força, seletividade criminal e discricionariedade (CALDEIRAS, 2000 ; CANO, 2017; KANT 2013; MUNIZ e MELLO, 2016; TRINDADE, 2011), podem conceder uma autonomia muito obscura aos agentes de segurança, o que reflete as complexas dinâmicas de sociabilidade e violência no território fluminense.

Muitas análises anteriores nos permitem supor que a cidade, o urbano, ou qualquer espaço que represente essa multiplicidade heterogênea de relações, influenciam e são constantemente influenciados por aqueles que com eles e neles interagem. Exemplos destas relações diferenciadas com os espaços perpassam desde os achados de Lefebvre na produção social do espaço (1974) até os aspectos contemporâneos “da sociabilidade entre os usuários dos trens – em suas distintas maneiras de se veicular no espaço” (PIRES, 2008). Desta forma, conceber que o tiroteio pode ser compreendido de maneiras diferenciadas nestes espaços ratifica um repertório teórico que buscou nas cidades as mais dissonantes



formas de sociabilidade (BECKER, 1996). Entretanto, é relevante, ainda, observar quais são os distintos graus de alteridades no âmbito de um mesmo objeto sociológico quando circunscrito a um território urbano.

Com isso, para verificar a influência da violência na análise da relação entre a produção simbólica e determinadas práticas sociais (MACHADO, 2004) na cidade do Rio de Janeiro, parece necessário ir além das reflexões sobre a cidade partida de Zuenir (1994), buscamos aqui compreender também as formas de relações sociais em uma cidade arquitetada por estilhaços². Desta forma, buscar-se-á neste artigo incitar reflexões iniciais sobre possíveis ingerências da violência na produção social do espaço. E isso será alçado por meio do seguinte questionamento: quais os aspectos promovem uma experimentação e compreensão diferenciada da violência armada³ em determinados locais da cidade? E como isso é refletido no uso e ocupação de espaços urbanos?

Mas antes de prosseguir com as análises, é importante salientar que este trabalho é produto da coadunação de esforços no desenvolvimento de duas dissertações de mestrado, uma no campo da Antropologia e outra no campo do Planejamento Urbano e Regional. Todavia, elas não buscam suas respostas em Copacabana ou na Favela da Coreia. O espaço que serve de fábrica – e, ao mesmo tempo, produto – para a produção de reflexões nestes trabalhos é um: o morro do Vidigal. O local é também residência de ambas as autoras deste artigo e, com isso, a observação participante Malinowskiana (1922) se fez o eixo norteador na obtenção de informações para subsidiar as reflexões aqui presentes.

Ressaltamos que as reflexões aqui pretendidas não podem ser aplicadas indiscriminadamente para analisar a mesma questão em quaisquer outros locais, não antes de realizadas as devidas ponderações sobre seus respectivos contextos (BARTH, 1989).

² Estilhaços são fragmentos originados após determinado impacto violento em uma superfície física. Assim, tal metáfora foi utilizada para refletir sobre a arquitetura espacial do estado do Rio de Janeiro que tem na violência um fator estruturante da organização espacial e de suas relações sociais.

³ Trataremos por violência armada episódios de confrontos bélico, que culminam em agressões por arma de fogo, sejam elas efetivas (por meio da vitimização direta) ou simbólicas (através do fomento de representações dos potenciais riscos em um território conflagrado).



Pois o binômio “morro e asfalto”⁴ não é tomado em seu sentido amplo, uma favela não é tratada como qualquer favela, e o asfalto não é – em oposição – qualquer cimentado plano na cidade.

Para analisar os referidos aspectos no morro do Vidigal é necessário que se contextualize questões afetas ao lugar. Para isso, faremos uso das noções de produção social do espaço, analisando suas fronteiras, unidade e contexto; e partir, assim, à contraposição das percepções dissemelhantes – ou não – sobre a violência armada e, conseqüentemente, seu reflexo na arquitetura do local. Afinal, como apontado por Gottdiener,

“[...] o espaço não pode ser reduzido apenas a uma localização ou às relações sociais da posse da propriedade — ele representa uma multiplicidade de preocupações sociomateriais. O espaço é uma localização física, uma peça de bem imóvel, e ao mesmo tempo uma liberdade existencial e uma expressão mental. O espaço é ao mesmo tempo o local geográfico da ação e a possibilidade de engajar-se na ação”. (GOTTDIENER, 2010, p.127)

2 SUBINDO O VIDIGAL: ENTRE ESPAÇOS E PESSOAS

2.1 Os Espaços

Recortar um espaço e construir uma unidade analítica é, certamente, um grande desafio para pesquisadores que se aventuram na heterogeneidade das sociedades complexas, que – nos termos de Frederick Barth – trata da oposição direta às ideias homogeneizantes da cultura, totalidade e unidade harmônica (1989). E também, as implicações em instituir a favela do Vidigal enquanto uma unidade, diferenciando a percepção de seus moradores em relação a de outros habitantes da cidade do Rio de Janeiro demanda, no decorrer desta pesquisa, constantes precauções para esgueirar-se das

⁴ O dualismo entre “morro e asfalto” é acionado, principalmente, ao se pensar meios distintos de habitação do Estado do Rio de Janeiro, onde o “morro” trata das favelas edificadas nas encostas da cidade e “asfalto” retrata os bairros planos da cidade. Entretanto, estas categorias transcendem as características topográficas da cidade e são muitas vezes empregadas a fim de conferir distintas identidades e estereótipos para seus respectivos habitantes.



armadilhas da estigmatização (WACQUANT, 2011), seja ela social ou espacial. Afinal “a favela não é uma comunidade isolada: sua própria existência depende muito mais de determinadas condições estruturais da sociedade global do que dos mecanismos internos desenvolvidos para mantê-la” (MACHADO, 1967, p.35). Mas, ainda assim, para evitar que a suposição de naturalização dê forma à conformidade de desigualdades sociais, é preciso explorar o histórico do local e dos atores que dele fazem uso.

O Vidigal é uma favela situada às margens do morro Dois Irmãos, na zona sul do município do Rio de Janeiro. Isso faz com que a favela, que conta com mais de 10.000 habitantes (IBGE, 2010), localize-se em uma região conhecida por possuir um dos metros quadrados mais caros da cidade. Sua topografia, que neste sentido pouco se difere de outras favelas da região, é estruturada ao longo de sua via principal com incontáveis ramificações entre becos e vielas. A pavimentação relativamente larga, que vai construindo a favela até a metade do morro íngreme, acaba se estreitando rumo ao pico. Neste cenário, com uma vista privilegiada para algumas das praias mais cobiçadas pelo turismo no estado, o Vidigal existe em meio a contrastes visíveis em relação à ocupação do espaço.

Há registros de que as primeiras ocupações no Vidigal ocorreram ainda na década de quarenta, com moradias na parte baixa do morro, compostas por estruturas de barracos de madeira, luz de querosene e ruas de barro (ABREU, 2013). Em quase oito décadas de habitação muitos aspectos se alteraram, os barracos deram lugar a uma multiplicidade muito grande de residências, que foram dos barracos de alvenaria aos prédios de quitinete, semelhantes aos de outras favelas da zona sul da cidade, como as apontadas por Leitão (2009). Essa pluralidade habitacional ainda é visível aos olhos de quem percorre sua artéria central, a Avenida Presidente João Goulart, onde os grandes edifícios (figura 1) na parte baixa do morro vão dando lugar às casas de alvenaria sem reboco (figura 2), demonstrando as dificuldades das tentativas de homogeneizar espaços nos estudos urbanos (BARTH, 1989).



Figura 1. Avenida Presidente João Goulart – Rua principal do Vidigal (parte baixa)



(Fonte: Google Earth⁵)

Figura 2. Avenida Presidente João Goulart – Rua principal do Vidigal (parte alta)



(Fonte: Página Parceiros do Vidiga no Facebook⁶)

5 Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-22.9940452,-43.2361052,3a,75y,252.22h,112.91t/data=!3m6!1e1!3m4!1stmilBAupqj5S3PzgCj45FQ!2e0!7i13312!8i6656>>. Acesso em 30/06/2018.

6 Disponível em: <<https://www.facebook.com/parceirosdovidiga/>>. Acesso em 30/06/2018.

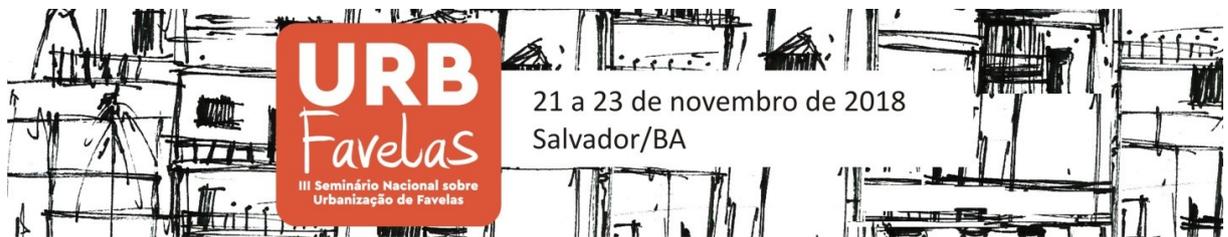


E neste cenário, na década de oitenta, os primeiros sinais de mobilização do narcotráfico começaram a se fazer presentes e, para além de suas atividades relacionadas ao comércio de drogas ilícitas, o mesmo também exerceu um papel de regulador do espaço, ao menos aqueles que não eram exercidos pelo Estado (CAVALCANTI, 2008). Entretanto, naquela época ainda não se pensava na corrida armamentista que fundamentariam as presentes análises, como advogam os relatos institucionais sobre o fato:

“O tráfico de drogas se expandiu com muita rapidez no início da década de 80. Já nos anos 1990, três facções passaram a disputar os pontos de venda da cidade, dando início a uma espécie de “corrida armamentista”, financiada pelo rentável comércio internacional de cocaína, a serviço da proteção de seus territórios e mercados consumidores. As polícias, acompanhando o crescimento do poder de fogo das facções rivais, centraram suas estratégias na aquisição de armamentos pesados e outros meios logísticos (veículos blindados etc.), que viabilizavam taticamente a manutenção da política de “guerra às drogas”, de enfrentamento aberto e direto a esses grupos armados. Daí resultaria a crescente demanda das forças de segurança por superioridade bélica e a consequente generalização do emprego de fuzis e metralhadoras à atividade policial”. (BRASIL, 2015, p. 23)

No Vidigal, por sua vez, acompanhou-se a lógica de concentração de armamento e anseios por superioridade bélica, tendo hospedado nas últimas décadas todas, do que se convencionou chamar, facções criminosas. Com isso, desde meados da década de noventa, e em razão do enfrentamento estatal ao tráfico de entorpecentes, os tiroteios passaram a ser frequentes neste espaço. Sua constância era consequência das incursões esporádicas realizadas pelas forças de segurança, em sua maioria decorrentes de operações policiais, ou decorrentes da disputa entre facções pelo controle do tráfico local.

Após longos períodos de permanência do comércio ilegal de entorpecentes e domínio de certos aspectos da vida ordinária no território pelos – que também se convencionou chamar – traficantes, em 2012 foi implementada uma Unidade de Polícia Pacificadora – UPP no local. Essa política de segurança pública trazia a presença permanente de policiais militares para a localidade, fato que contribuiu à época para uma redução significativa dos tiroteios. Outra consequência direta desta ação tratou da



valorização imobiliária, que concorreu para um processo de gentrificação no Vidigal muito evidente entre os anos de 2012 a 2016.

“Comentou-se que os recém-chegados adquiriam casas, realizavam obras de melhoramento e exploravam o lugar pelo aluguel de apartamentos ou propondo novos serviços (bar, hotéis, galerias de arte etc.), correspondendo desse jeito ao perfil típico de pioneiros de um processo de gentrificação em curso. Essa dinâmica foi então regularmente denunciada como aceleradora do processo de “remoção pelo mercado” denunciado por Neil Smith (1996) como a principal arma da “cidade revanchista”. Segundo essa leitura, a chegada de novos moradores mais abastados em um bairro pobre (via locação ou compra de bens imobiliários) contribuiria para o aumento dos preços e, in fine, para expulsão mecânica dos residentes mais frágeis rumo a periferias longínquas”. (QUIRION, 2017, p.27)

Figura 3 – Turismo na favela do Vidigal



(Fonte: Trilha Dois Irmãos⁷)

Figura 4- Festa no Bar da Laje – Alto Vidigal



(Fonte: Blog Nosso Armário⁸)

Tivemos a oportunidade de acompanhar de perto algumas mudanças consequentes destes períodos. Os aluguéis de fato altearam valores sem precedentes, a quantidade de turistas brasileiros e estrangeiros (Figuras 3 e 4), era notável, e a porção de “gringos”

⁷ Disponível em: <<http://www.trilhadoisirmaos.com.br/trilhas/tour-favela-do-vidigal/>>. Acesso em 30/06/2018.

⁸ Disponível em: <<http://nossoarmario.com/blog/galeria/heineken-e-bar-da-laje>>. Acesso em: 30/06/2018.



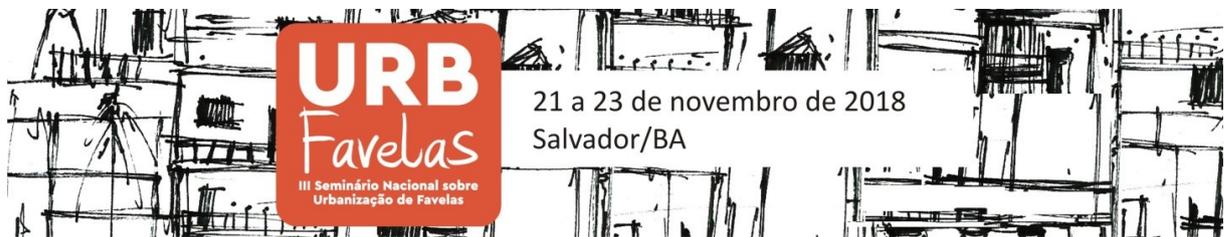
caminhando aos finais de semana com suas garrafas de água, chapéus Panamá, ruborescidos pela subida íngreme que levava até a trilha do Morro Dois Irmãos era constante. Entretanto, o que as discussões sobre gentrificação não ressaltaram, Frederick Barth ressaltou, pois em suas palavras, “as distinções entre categorias étnicas não dependem da ausência de mobilidade, contato e informação, mas implicam efetivamente processos de exclusão e de incorporação” (BARTH, 1989, p. 26). E as exclusões e incorporações originadas por este processo de gentrificação não foram suficientes para deixar a violência armada longe por muito tempo.

É importante ponderar que a implementação de uma Unidade de Polícia Pacificadora no local corroborou com a redução significativa da presença armada de traficantes e eventuais tiroteios. Contudo, este modelo de policiamento não excluía a permanência das facções nas favelas, demandava apenas uma remodelação nos modelos de comércio de entorpecentes, que abria mão da ostensividade mercadológica por trocas e entregas discretas nos becos mais afastados da via principal (MIAGUSKO, 2016).

Foi então, no início de 2017, que rumores de uma possível invasão da facção rival ecoavam em todas as vielas da favela. Consumado em setembro do mesmo ano na favela adjacente (Rocinha) e posteriormente no Vidigal, a disputa entre facções deu início – ou retorno – a alguns aspectos que costumavam ser mais evidente outrora. E nessa conjuntura, a noção de habitus e campo (BOURDIEU, 1983) é válida para analisar práticas exercidas para sustentar uma relação diária com tiroteios, a partir de uma lógica de negociação permanente com as características do espaço como explicitaremos ao longo desse trabalho.

2.2 As pessoas

O objetivo deste trabalho, conforme exposto anteriormente, trata de realçar os impactos da violência armada na produção social do espaço. Desta forma, caminhando no mesmo sentido das considerações anteriores, se uma unidade territorial urbana não permite a homogeneização indiscriminada de seus aspectos, os diferentes atores que nela socializam e produzem o espaço também não ilustram uma tela monocromática de categorias, sentimentos



e cosmologias. Assim, pretendemos separar as observações em perspectivas distintas, a partir de percepções e práticas derivadas da “intra-regionalização” no morro do Vidigal – concebida pela alteridade dos lugares de bairro e favela⁹ – todas condicionadas à dicotomia entre as noções de “casa” e “forte”.

A favela do Vidigal possui um histórico, semelhante ao de muitas outras comunidades, de grande heterogeneidade espacial, fato que foi acentuado com o processo de gentrificação e valorização imobiliária mencionado anteriormente. Formalmente parte da favela é constituída por um espaço considerado bairro estruturado com regularização fundiária e outro formado por ocupações irregulares. Assim, a parte baixa (bairro) do Vidigal é constituída por imóveis organizados por meio de uma construção civil formal, outros – em razão do espaço ser considerado uma favela consolidada (CAVALCANTI, 2009) – são usufruídos através de posses concedidas durante o processo de implementação da UPP e, até mesmo, por micro-regiões em constante construção e expansão. Sendo estes últimos não reconhecidos em nenhuma instância pelos órgãos governamentais.

Entretanto, não é apenas no bojo da definição burocrática das residências que a favela se distingue, seus ocupantes – como quaisquer outros espaços – também são considerados igualmente distintos. Ainda que muitas pesquisas demonstrem um esforço para elencar uma “tipologia favelada” (MACHADO, 1967) é possível identificar na fala de alguns moradores os impactos da distinção entre favela e bairro na comunidade, o que faz de alguns favelados e outros não. E com isso, pode-se identificar uma heterogeneidade de experimentações da violência a partir da trajetória de cada morador, uma vez que existem áreas consideradas mais ou menos violentas de acordo com as inúmeras possibilidades de categorização do espaço.

Contudo, mesmo diante desta heterogeneidade efervescente, identificamos um conjunto de elementos que encontravam justaposição nos casos observados e relatados por outros moradores. E foram esses elementos que propiciaram a análise dos fatores que interferem na construção dos espaços e leitura dos ambientes. O título deste artigo é provocativo no intuito de demonstrar que um mesmo espaço pode caracterizar distintas

⁹ Ao longo deste trabalho diferenciamos as inúmeras possibilidades de leituras da noção de rua, podendo traduzir espaços internos ou externos da favela.



percepções por parte de quem dele faz uso, de acordo com mediadores externos. Todo o espaço territorial e construído no âmbito da favela do Vidigal pode caracterizar, ao mesmo tempo, a casa, a rua ou um forte. Cabe-nos agora identificar os dispositivos externos que os definem.

3. REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS E DISPOSITIVOS MEDIADORES

3.1 “Quando a rua vira casa”

Falamos acima sobre a dicotomia entre favela e asfalto. Não problematizar essa definição parece quase impossível quando analisamos as distintas possibilidades de perceber os espaços em uma favela. O asfalto está diretamente relacionado ao “mundo da rua”, este analisado por Antônio Mello e Arnol Vogel, em 1980, ao se debruçarem sobre questões emblemáticas de outro bairro do Rio de Janeiro – o Catumbi. Este mundo, é ainda hoje evidenciado nas falas dos mototaxistas do Vidigal ao solicitarem aos seus passageiros que ajustem as cintas jugulares dos capacetes quando forem para a “rua” nas viagens externas à favela. E neste mundo

“todo o processo de apropriação dos espaços [...] é condicionado pela maneira segundo a qual as referentes funções primárias da vida urbana se interligam. A característica está na multiplicidade das funções que se relacionam dentro de uma mesma área urbana, de modo que nem sempre podemos reconhecer onde começam e onde terminam os conjuntos articulados. [...] os conjuntos que formam tem fronteiras fluídas. Podem recobrir-se parcial ou totalmente. Quer dizer, não há uma coisa apropriada para cada espaço, nem um espaço apropriado para cada coisa. A mistura não é um acidente. É o estilo da vida urbana nessa área. Os arranjos que produz estão limitados a um determinado espectro de possibilidades, o que significa que existem e são admissíveis e lógicos vários tipos de ordem.” (MELLO e VOGEL, 2016, p.150)

Com esta definição percebemos mais facilmente, de forma oposta, o mundo da casa. Neste universo outros modelos de sociabilidade são estendidos à ocupação dos espaços coletivos. Nele os grupos domésticos veem-se “como sustentáculos mútuos de uma totalidade



social realizada no espaço comum. As diferentes atividades que coexistem nesse espaço social integram-se igualmente numa relação de complementariedade evidenciada” (MELLO e VOGEL, 2016, p.106). Ou seja, existe uma legibilidade comum e compartilhada na leitura dos espaços. As interações estabelecidas no âmbito das relações sociais são estendidas e ratificadas na ocupação dos espaços. No mundo da casa, doméstico, há uma coisa apropriada para cada espaço, e um espaço apropriado para cada coisa.

Assim, as ruas internas da favela se aproximam muito mais do mundo da casa do que da rua. E a possibilidade de violência que segrega pessoas em seus enclaves fortificados, que transforma o mundo da rua, como os processos apontados por Teresa Caldeiras (2000), ratifica – contrariamente – na favela, um sentimento comunitário. Os eventos concretos de violência armada esvaziam apenas momentaneamente os locais e trazem no seu cessar pautas que servem como fomentadores de diálogos, diálogos esses em sua maioria exercidos na rua, nos reencontros da reocupação espacial pós confronto armado.

Com isso queremos dizer que a violência nesta favela, ao contrário do asfalto, viabiliza também uma ocupação mais inflamada dos locais públicos. Ainda que isso não ocorra em todos os momentos, uma vez que os riscos empíricos da violência armada no Vidigal implicam, como mencionado, na dispersão instantânea da ocupação social do espaço. E são estes momentos que partejam a criação de fortes, de locais de segurança e proteção aos moradores.

3.2 Quando a casa vira forte

O fluxo diário no Vidigal é intenso, com movimentação e até grandes engarrafamentos na via arterial da favela. Na parte da manhã há um grande deslocamento de crianças e trabalhadores que vão para as escolas e o trabalho, podendo transitar por automóvel próprio ou, o mais provável, a pé ou por meio dos transportes coletivos locais. No horário do almoço há outro fluxo de pessoas, com o trânsito dos estudantes que retornam das aulas do período matutino e dos que vão para atividades em outros turnos. Ainda no período da tarde, evidencia-se grandes agitações devido às entregas de mercadorias no comércio local por seus



fornecedores, bem como pelo considerável movimento de vans escolares e mototáxis que prestam o serviço da locomoção. O último ápice de movimentação em massa na favela é a volta pra casa no final da tarde, trabalhadores e estudantes enchem as ruas com as suas demandas variadas, como idas ao mercado, bares, salões, academias, igrejas, etc., fazendo o uso dos diversos serviços presentes no local.

Mas a ocupação no Vidigal não se dá apenas pelo trânsito de pessoas nos horários de picos, há uma ocupação permanente dos espaços em razão dos mercados, bares e outros comércios que alimentam a economia interna do local. Nessa arquitetura socioeconômica, a rua pode muitas vezes tornar-se uma vitrine para a venda de algum móvel e eletrodoméstico, ou, até mesmo, acolher alguma iniciativa dos pequenos comerciantes, como as incontáveis barraquinhas de alimentos e acessórios na favela. A rua serve, ainda, de estacionamento de veículos, local para descarte e retirada de entulhos, carga e descarga de mercadorias e “palco” – por conta de sua visibilidade – de qualquer acontecimento. Não há um regulamento formal¹⁰ das atividades exercidas no espaço público do Vidigal. Entretanto, o que é comumente considerado, é a não obstrução da passagem de moradores e veículos. O restante, desde que não infrinja as regras consuetudinárias do local, é passível de ocorrer.

E toda essa ebulição social se dissolve diante de um confronto armado. Neste momento as pessoas que ocupam a rua procuram abrigos confiáveis para se proteger de tiros com rotas desplanejadas. Todavia, a recorrência destes eventos na favela é significativa, o que demanda dos moradores lógicas de adaptações em termos de sociabilidade e de produção social do espaço para (sobre)viver a estes momentos e adequar suas residências a essa realidade.

“O fato é que as obras de melhoria cada vez mais levam em consideração os efeitos da territorialização da favela pelo tráfico. O que parece a primeira vista como uma expansão, como a construção de uma cobertura ou área de lazer revela-se uma questão de segurança. A fortificação [...] passa a constituir o imaginário da construção de moradias. A adição de muros, barras em janelas (para manter as

¹⁰ Com a implementação da UPP houve um esforço da polícia militar em regulamentar algumas atividades desenvolvidas nos espaços coletivos como festas ou o estacionamento de veículos. Entretanto, esse controle não é efetivado na integralidade espacial da favela, ficando restringido apenas a algumas áreas.



crianças dentro e a polícia fora), tem sua contrapartida em investimento em televisões, DVDs, computadores e video-games, como modo de manter as crianças em casa, em um ambiente seguro.” (CAVALCANTI, 2009, p.76)

Ainda que essa blindagem arquitetônica ocorra em maior ou menor grau, dependendo da característica da localidade e da conjuntura da violência, muitas casas possuem espaços destinados a mitigação dos danos dos confrontos armados. Um quarto com parede dupla, uma sala com um recuo de armado de concreto, um cômodo com uma meia parede reforçada, todas essas possibilidades apresentam-se cada vez mais como uma característica necessária na arquitetura das residências. Do mesmo modo que na construção/reforma de quaisquer casas há que se pensar em um banheiro para garantir as necessidades básicas de uma família, há que se elencar um local fora da linha de tiro na favela.

Todavia a noção da fortificação dos espaços não é perene. Uma sala com parede reforçada, por exemplo, transforma-se eventualmente em forte. No restante do tempo, ela é apenas um cômodo qualquer de convivência da residência construída com engenhosidade pelos moradores. Isso faz com que o confronto armado constitua-se em um dispositivo externo que transforma os espaços da casa em forte.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecendo a despretensão deste artigo, foram apenas apresentadas discussões iniciais que podem desdobrar-se em análises mais aprofundadas acerca da edificação e ocupação dos espaços em favelas. Resta, então, sintetizar algumas ideias e pressupostos introdutórios quanto à apreensão da rua de forma doméstica e da transformação do espaço da casa em território de segurança. Um fato inequívoco encontrado ao longo desta reflexão foi o de que tais definições (rua, casa e forte) não são estáticas, mas sim concebidas diante de parâmetros de comparação e temporalidade aos quais estejam relacionados.



As ruas internas do Vidigal só podem ser consideradas enquanto uma extensão da casa quando comparadas com seu oposto, o mundo da rua, o asfalto. Essa ocupação é percebida por meio da oposição a outros meios de ocupação na urbe, estes últimos despersonalizados, desconhecidos e sem legibilidade comum a todos que dele fazem uso. Da mesma forma, espaços internos da residência transformam-se em forte diante das rupturas da harmonia espacial. Com isso, a relação com o espaço interno esta vinculada à variabilidade das dinâmicas do espaço externo. E todas essas distintas formas de relação com o espaço demonstram a simbiose entre os locais físicos e suas representações mais subjetivas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício. A Evolução Urbana no Rio De Janeiro, Instituto Pereira Passos, Rio de Janeiro. 2013

BARTH, Frederik. A análise da cultura nas sociedades complexas. In: Tomke, Lask (org.) O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contracapa. 2000 [1989].

BOURDIEU, Pierre. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero. p. 89-94, 1983.

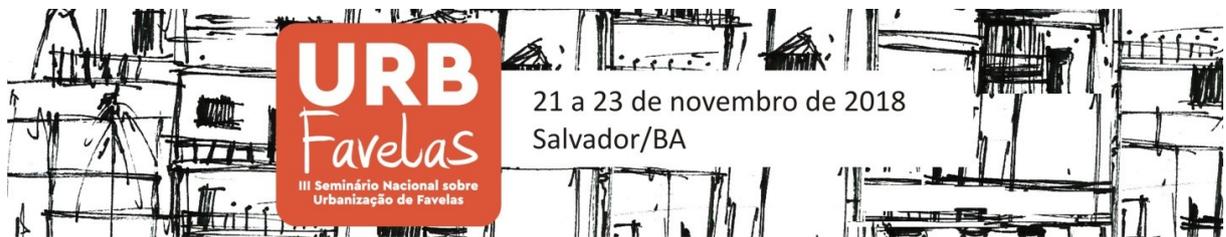
BRASIL. Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro – SESEG. Unidade de Polícia Pacificadora – UPP; da origem do programa à política de pacificação. Rio de Janeiro, SESEG, 2015

CALDEIRA, Teresa. Cidade de muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, EDUSP, 2000.

CAVALCANTI, Mariana. Do barraco à casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada. Revista Brasileira de Ciências Sociais. 2009, vol.24, n.69, pp. 69-80.

_____. “Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: notas etnográficas de uma favela consolidada”. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito de Controle Social, 1 (1): 35-59.

CANO, Ignácio. Uso e abuso das força letal pelas polícias brasileiras – Unifesp, São Paulo – SP, 2017.



CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: jan 2018.

GOTTDIENER, M. A produção social do espaço urbano. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2010.

KANT, Roberto. Entre as leis e as normas: Éticas corporativas e práticas profissionais na segurança pública e na Justiça Criminal. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 6 - no 3 - OUT/NOV/DEZ 2013 - pp. 549-580

LEFEBVRE, Henri. The Production of space. Massachusetts: Blackwell, 1974.

LEITÃO, Gerônimo. Dos barracos de madeira aos prédios de quitinete Série Biblioteca, v. 21 – EDUFF, Edição: 1ª, 2009.

MACHADO, Luiz Antônio da Silva. SOCIABILIDADE VIOLENTA: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. Sociedade e Estado, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004

MALINOWSKI, Bronislaw – Argonautas do Pacífico Ocidental, Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1976. (Os Pensadores).

MIAGUSKO, Edson. ESPERANDO A UPP: Circulação, violência e mercado político na Baixada Fluminense. BCS Vol. 31 n° 91 junho/2016.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira, MELLO, Kátia Sento Sé. Nem tão perto, nem tão longe: o dilema da construção da autoridade policial nas UPPs. Civitas - Revista de Ciências Sociais, 2016.

PIRES, Lenin. “Arreglar” ou pedir arrego – O comércio ambulante e a administração dos conflitos nos trens de Buenos Aires e Rio de Janeiro. 26ª Reunião Brasileira de Antropologia – RBA. Porto Seguro, Bahia.

QUIRION, Nicolas. Jogos de distinção e lógica da exclusão problematizando o conceito de gentrificação a partir de uma favela urbanizada do Rio de Janeiro. Revista E-Metropolis, v.17, 2017.

VENTURA, Zuenir. Cidade Partida. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

WACQUANT, Loïc. “A Janus-Faced institution of ethnoracial closure: a sociological specification of the ghetto”. In: Hutchison, Ray & Haynes, Bruce (dir.). The ghetto: contemporary global issues and controversies. Boulder, Westview Press, pp. 1-31, 2011.